

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A REPÚBLICA QUE O PALÁCIO NÃO MOSTRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE MEDIÇÃO DE VISITAS NUM MUSEU DE HISTÓRIA

Ana Paula Vianna Zaquieu
Museu da República/IBRAM
zaquieuanapaula@gmail.com

O Museu da República é uma tradicional instituição museológica localizada na cidade do Rio de Janeiro e vinculada ao IBRAM/MTur. A riqueza do seu acervo, mesmo não sendo tão diverso e abrangente, como se espera de um museu dedicado à memória da república brasileira, faz daquele espaço um complexo universo de possibilidades interpretativas. Também conhecido como Palácio do Catete, funcionou como sede da presidência entre 1897 e 1960, quando foi transformado em museu pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek. Apesar de ser reconhecido como um museu histórico, o Museu da República guarda muitas características de um museu casa¹. Originalmente, fora construído como residência, na segunda metade do século XIX, pelo Barão de Nova Friburgo, fazendeiro, comerciante e traficante de escravos. De estilo eclético, com forte influência do Neoclássico, três andares, distribuídos em 26 salas, desconsiderando os corredores e as varandas, o Palácio era reconhecido como a residência mais luxuosa da corte. Em 1896, foi adquirido pelo governo federal. Depois de um ano de obras, tornou-se sede do poder executivo². Em 1938, foi tombado pelo recém-criado Sphan.

As questões que iremos abordar neste texto são fruto das experiências construídas, a partir de dois desafios colocados para o seu setor educativo: a abertura do museu toda última terça-feira do mês, para receber turmas de Educação de Jovens e adultos, desde março de 2016³; e a formação de um grupo de alunos do ensino médio

¹ O museu casa articula o edifício, seu entorno e os objetos enquanto elementos biográficos de uma determinada figura histórica, ou seja, são museus de história situados onde ela aconteceu. Por isso, preservam seu lugar de origem. Esta discussão é controversa e não pode ser conduzida com rigidez, pois, neste caso, seu acervo museológico está dividido basicamente em dois grandes blocos temáticos: o palácio e o Barão Nova Friburgo, o que o caracterizaria como museu casa; e a memória da República, que o coloca na condição de museu histórico.

² Até onde se sabe, a reforma alterou significativamente o projeto original, com exceção do chamado “piso nobre”, localizado no primeiro andar, cujas salas e corredores tiveram poucas características originais alteradas (ALMEIDA, 1994).

³ Depois de 2 projetos especiais realizados com alunos do PEJA (2014 e 2015), ficou evidente para a direção que a estratégia mais eficaz de transformar estes alunos, trabalhadores, em frequentadores de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

como mediadores, resultado de um convênio de Cooperação técnica firmado entre o Museu da República e o Colégio Pedro II⁴.

De imediato, precisávamos lidar com algumas questões, que já eram motivo de inquietação. No que diz respeito ao PEJA, que roteiro de visita seguir? Como tornar efetivamente significativa para aqueles alunos uma única visita, de aproximadamente uma hora, ao Palácio do Catete? O que falar sobre um circuito expositivo, extenso e marcadamente elitizado, para um público que, além de não frequentar museus, certamente não iria se reconhecer naquelas salas luxuosas?

Quanto aos alunos do CPII, como envolvê-los no processo? Que tipo de formação oferecer? Como construir com eles, em tempo recorde, um olhar crítico e problematizador sobre as instituições de memória, e sobre o circuito expositivo, extenso e complexo, que eles deveriam mediar? Como trabalhar os aspectos políticos envolvidos na mediação? Era urgente repensar as visitas mediadas. Na verdade, era preciso repensar tudo. Mesmo vindo de escolas públicas, o perfil dos alunos do PEJA, modalidade de ensino que atende alunos trabalhadores, oferecida majoritariamente pelas redes municipais de ensino e caracterizada pela contínua precarização, era bem diferente dos alunos do colégio Pedro II, tradicional instituição federal de ensino⁵.

Começamos a trabalhar amparados numa bibliografia que vem sinalizando, há tempos, o quanto a trajetória dos museus no Brasil é marcadamente comprometida com as memórias das elites e dos seus heróis (Sepulveda, 2006; Faria, 2013; Cruz e Sá, 2007). As colocações dos alunos, durante as primeiras visitas, bem diferentes dos

museus seria abrindo a instituição à noite, para que a ida ao museu pudesse ser incluída como a atividade escolar.

⁴ A Iniciação Científica Jr. envolveu toda área técnica e de comunicação da instituição, entre 2015 e 2019. Tinha como principal objetivo, oferecer aos alunos do ensino médio a oportunidade de conviver com as diversas profissões e campos disciplinares existentes no museu; familiarizando-os com a rotina de trabalho de uma instituição de memória. O nosso cronograma de trabalho era vinculado ao calendário escolar. As atividades começavam em junho, tinham a duração de 4 horas semanais. Os alunos atuaram nos seguintes setores: Museologia/Reserva Técnica, Arquivo Histórico e Institucional, Educação, Pesquisa Histórica, Biblioteca, Galeria do Lago. Devido a problemas de ordem burocrática no âmbito do Ibram, o convênio, gerido pelo setor Educativo, só foi assinado em setembro de 2017, apesar do processo ter sido aberto em 2015. Felizmente, pudemos iniciar os trabalhos em 2015, através das bolsas de I.C. dos professores do colégio envolvidos no projeto.

⁵ Colégio Pedro II é um tradicional colégio, dividido em várias unidades localizadas no Rio de Janeiro e em cidades vizinhas. Apesar do acordo ter sido assinado com o Colégio, o projeto foi desenvolvido exclusivamente com a Coordenação de História do Campi Tijuca.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

comentários feitos pelas turmas que nos visitavam no horário diurno, sobre questões como a limpeza daquelas salas e de seus objetos de decoração; a curiosidade sobre o número de escravos e ou empregados que trabalharam ali ou, ainda, sobre o que acontecia quando algum daqueles objetos eram danificados durante a limpeza, só demonstravam o quanto era urgente a busca por novos caminhos, caso quiséssemos que aqueles breves encontros fizessem algum sentido.

Do ponto de vista conceitual e pedagógico, era preciso, de um lado, romper com a ideia, ainda recorrente, de patrimônio como relíquia, cujo valor estaria em si mesmo, e ainda muito presente em todos nós. Era preciso questionar uma concepção de memória/história sem conflitos ou contradições sociais. Por outro lado, precisávamos pensar em estratégias que ajudassem a estabelecer com aqueles alunos uma relação de reciprocidade, onde suas experiências e saberes pudessem ser reconhecidos e respeitados. A visita, mesmo que breve, precisava ser um momento de construção compartilhada de conhecimento.

A ideia era substituir as visitas focadas na descrição das salas e dos objetos em exposição por momentos de troca de ideias sobre as diversas temáticas materializadas no circuito expositivo. O tradicional guiamento deveria ser substituído pela mediação. Mediação, inspirada no que Paulo Freire definiu como “leitura do mundo” (Freire, 1988), processo pelo qual os sujeitos refletem e ampliam o entendimento da realidade que o cerca, a partir dos referenciais culturais forjados no seu cotidiano. Este conceito é especialmente válido quando lidamos com integrantes das camadas populares, cujos saberes e práticas nem sempre tem sua legitimidade cultural reconhecida. Neste sentido, não haveria uma hierarquia prévia separando os mediadores e o público. Numa perspectiva horizontalizada e dialógica, o museu seria um local de encontro e de trocas, cujas interações afetariam a vida de todos os envolvidos no processo. A mediação não seria apenas uma oportunidade de desconstrução de uma versão sacralizada e única a respeito do Império e da República no Brasil, mas também uma oportunidade de discussão acerca das memórias institucionalizadas pelo museu, bem como de suas implicações políticas e sociais.

Logo, entendemos que a melhor maneira de romper com o legado político e ideológico, de viés conservador, que marcam os grandes museus de História, seria

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pensá-los como ‘laboratórios da história’, no sentido empregado por Menezes (1994). Para o autor, os museus precisam ser institucionalmente estruturados como lugar de pesquisa, de produção de conhecimento e reflexão crítica e não mais de celebração e afirmação de identidades. A organização de uma nova atuação, alicerçada em linhas de pesquisa, definidas a partir de suas coleções e circuitos expositivos permanentes, levaria os museus a cumprir suas funções básicas - preservação, comunicação e pesquisa - e promover a divulgação de um discurso mais problematizador sobre os processos de construção de identidades, memória e esquecimento. Tradicionalmente dedicados à celebração e à evocação do passado, os museus consolidaram uma tradição que pensa a vida social em sua dimensão meramente estética. Neste sentido, qualquer esforço em superar este legado passaria, necessariamente, por um investimento de ordem epistemológica.

Sua principal função não seria mais produzir memórias, mas analisá-las enquanto um importante elemento da vida social. No lugar de instituições dedicadas somente à preservação e à exposição de objetos históricos, os museus deveriam se dedicar aos “problemas históricos”, contribuindo, desta forma, para uma melhor compreensão da realidade.

O autor também chamou atenção para o que chamou de “processo de fetichização” dos acervos. O objeto fetiche seria o objeto mistificado, entendido como algo natural, descolado do contexto das relações sociais que o produziu. Estetizado, ele é apresentado como se tivesse um significado em si mesmo. Caberia à pesquisa – nós incluímos aqui também a mediação - desnaturalizar esta fetichização, desvendando para o público o processo de transformação nas suas formas de uso e de função ao longo do tempo. Ao estimular um olhar sobre os objetos tradicionalmente “fetichizados” como documentos históricos, poderíamos relacioná-los à sociedade que os produziu ou mesmo que o elegeu como patrimônio histórico.

As discussões sobre museus e seus desafios contemporâneos encaminhadas na perspectiva dos estudos decoloniais também trouxeram importantes contribuições para o nosso trabalho. Tolentino (2018), discute as possibilidades de uma educação patrimonial decolonial, como forma de resignificar o legado das políticas de patrimônio implementadas pelo Estado, através do IPHAN. Para o autor, as reflexões críticas sobre

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

as matrizes do pensamento moderno e suas influências sobre nossa visão sobre museu e patrimônio cultural, seriam fundamentais para a construção de práticas educativas realmente comprometidas com a diversidade.

Ao tratar especificamente dos museus, Chuva, (2014, pp. 195-210) ressalta que os mesmos precisam ser descolonizados. Para a autora, isso significaria romper com a forte influência de concepções de patrimônio comprometidas com narrativas que veem o “outro” como exótico, selvagem e inferior. Apesar de construir sua análise com base na realidade dos museus etnográficos, suas reflexões são pertinentes para todos os museus brasileiros, criados sob a inspiração dos grandes museus nacionais. “Descolonizar museus” implicaria em romper com uma visão essencialista, que vê o patrimônio como algo em si mesmo. Seria passar a vê-lo como fruto de classificações e disputas históricas. Seria lutar pela democratização efetiva das políticas de patrimônio e museu; e redefinir o papel do Estado na condução dessas políticas, garantindo a participação de outros sujeitos sociais neste jogo político.

O Museu da República conta com serviço de visitas ao palácio desde sua criação. Entretanto, não tínhamos nenhum tipo de sistematização de informações para servir de referência durante a realização das visitas. Os saberes eram passados dos servidores mais antigos para os servidores mais novos, sem muita formalização, e acabavam se dispersando no cotidiano do trabalho. Deste modo, era preciso, antes de qualquer coisa, levantar e sistematizar as informações disponíveis sobre o acervo em exposição no Palácio.

Entre 2015 e 2019, o setor educativo recebeu 11 bolsistas do CPIO. Cada bolsista ficou conosco em torno de 6 meses. O trabalho contínuo de pesquisa de acervo foi iniciado em 2017, no banco de dados mantido pelo setor de Museologia e contou, até 2018, com a colaboração de dois bolsistas do CPIO. Havia muitas informações desconhecidas tanto sobre as peças, quanto sobre a decoração do palácio e os diferentes usos das suas salas. Sabíamos muito pouco sobre a procedência dos objetos, que eram muito variadas. Como eram apenas 4 horas semanais de trabalho, divididos entre a pesquisa, a mediação e a rotina de trabalho do setor Educativo, conseguimos avançar pouco.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em 2018, além de duas bolsistas, pudemos contar integralmente com uma estagiária de nível superior. Nascia o projeto “A República que o palácio não mostra”, que incluía quatro ações educativas desenvolvidas de forma articulada. São eles: visitas mediadas para o PEJA; Iniciação Científica Jr., Encontro de Professores e Bastidores de Museus⁶. As reformulações tinham como objetivo consolidar nossa intenção de construir novas interlocuções entre o museu e as instituições de ensino.

O levantamento das informações sobre as salas está na fase final⁷, e que inclui projeto arquitetônico, mobília, acabamento e objetos de decoração. Como a ideia era pensar o palácio e a sua inserção na dinâmica da cidade do Rio de Janeiro, desde sua construção até as primeiras décadas do século XX, fizemos, em conjunto, um levantamento, principalmente de imagens, sobre as condições de moradia, religiosidade, alimentação, indumentária e formas de sociabilidade dos moradores da cidade, tanto de membros das elites quanto das camadas populares. Também foram feitas leituras e fichamentos de textos de referência sobre a trajetória do Palácio, da cidade do Rio de Janeiro, bem como de temas relacionados ao Império e à República. O levantamento e as leituras temáticas foram acompanhadas por discussões breves e orientadas pelos conceitos de cultura, memória, identidade, História, patrimônio, museus, Educação e mediação em museus.

Bittencourt (2014, pp. 72-96) define os museus como um universo de múltiplas possibilidades e de criação de sentidos, destacando que, além de ricas e plurais, as narrativas museais são complexas, contraditórias e transitórias. Conformado em seu cotidiano por sujeitos concretos, os museus, seus acervos e circuitos expositivos, existem nos limites impostos por sua condição institucional, que é socialmente construída. Neste sentido, é preciso atenção à dimensão seletiva e os usos políticos da memória. As memórias que preservam, a composição de suas coleções e os objetos privilegiados em suas exposições são o resultado de escolhas, ou negociações, cujas

⁶ Os dois projetos são desenvolvidos há alguns anos pelo setor educativo. O Bastidores de Museus tinha como objetivo mostrar para o público, inicialmente de alunos do ensino médio, a rotina e o funcionamento dos setores técnicos do Museu. Após a reformulação, passou a ser voltado para professores e alunos de graduação e pós-graduação, com o objetivo de discutir o acervo e processos de musealização. O Encontro de Professores tem como objetivo oferecer uma formação breve para que os professores possam planejar e mediar a visita de suas turmas ao palácio.

⁷ A única exceção foi a sala dedicada à memória do museu, que passou o ano de 2019 fechada para obras de requalificação.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

intencionalidades nem sempre são explícitas e conscientes, mas são sempre políticas. Nesta perspectiva, patrimônio e memória precisam ser pensados como categorias atravessadas por relações de poder, tendo em vista que as instituições responsáveis pela sua preservação operam, ao mesmo tempo, “como campos discursivos, centros de interpretação e arenas políticas” (Chagas, 2018).

Em 2019, a equipe passou a contar com quatro bolsistas de nível médio e uma estagiária de nível superior, o que permitiu estruturar melhor o levantamento, construir roteiros temáticos e melhorar bastante a logística das visitas. Primeiro, definimos que a visita cobriria todo o circuito, mas a mediação seria feita a partir de problemas históricos elencados, a partir das temáticas das salas. Cada mediador ficaria responsável pela mediação de algumas temáticas, que seriam trabalhadas em pontos específicos. Em algumas salas, foram selecionados “objetos geradores” (Ramos, 2004), a partir dos quais eram iniciadas as discussões durante as mediações. Eram feitas reuniões periódicas, com todo o grupo para a troca de experiências e para que todos pudessem construir uma visão do palácio como um todo. Os roteiros eram flexíveis e ajustados ao perfil das turmas e à medida que avançávamos na pesquisa⁸.

A mediação é dividida em dois grandes recortes temporais⁹: o palácio enquanto moradia, onde falávamos sobre o barão e os modos de vida das elites no século XIX; e o palácio enquanto sede do poder executivo, onde discutíamos algumas das contradições do projeto republicano. A maioria das salas é nomeada a partir da temática predominante em seu acabamento e decoração. São estes nomes que usaremos aqui. As narrativas são sempre iniciadas a partir da descrição das salas, do seu acabamento, decoração e mobília. Em seguida, falamos sobre suas diferentes formas de uso, ao

⁸ A ideia original era receber três escolas em sequência, com um mediador mediando todo o circuito. Logo, isso se mostrou inviável. Além da falta de mediadores, eram comuns os atrasos, fazendo com que todos chegassem quase mesmo tempo. Passamos a dividir os alunos em grupo de 20 pessoas, que entram num intervalo de 20 minutos aproximadamente. A visita ao circuito levava um pouco mais de 70 minutos. Chegamos a receber numa noite 150 pessoas, entre alunos, professores e acompanhantes.

⁹ O segundo andar é dividido em 8 salas, 7 destinadas às exposições temporárias e ao quarto do Getúlio. As turmas visitam o quarto, mas são os professores que, quando desejam, o discutem com os alunos. O quarto é sempre o espaço mais procurado do palácio. Muitas vezes, é o que motiva o agendamento da visita. Na grande maioria das vezes, os professores já falaram do quarto e da figura do ex-presidente com seus alunos, de um modo que foge muito a nossa proposta de mediação. Deste modo, a participação da equipe se limita a apresentar o quarto, descrever os móveis e a sua procedência, explicando o processo que resultou na transformação daquele espaço em parte do circuito expositivo de longa duração, logo após a inauguração do museu.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

longo do tempo. Por fim, abordamos alguns problemas históricos, a partir, sempre que possível, das colocações feitas pelos alunos.

O Palácio enquanto casa: a sociedade imperial

Construído entre os anos 1858/1866, o prédio, originalmente chamado de Palácio Nova Friburgo, foi construído pelo português Antônio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo, para ser sua residência na corte. Apesar de sua riqueza e importância durante o Império, o barão e seus negócios, bastante diversificados, foram até hoje pouco contemplados pela historiografia. A família Clemente Pinto mudou para a nova residência em 1867. O casal falece três depois, deixando a casa para o filho primogênito.

São encontradas muitas referências ao palácio e a sua suntuosidade na imprensa da época. Considerada a residência mais luxuosa da capital, tornou-se um ícone do projeto de sociedade forjado pelo império brasileiro. Inspirado nos palácios renascentistas europeus, riqueza, ostentação e poder eram afirmados naquele espaço, frequentado pela elite local e muito citado também por cronistas e viajantes, principalmente em função dos comentados eventos sociais que lá ocorriam.

Ao construir o palácio, inspirado nos princípios estéticos do estilo neoclássico¹⁰, o barão Nova Friburgo apenas radicalizou uma tendência comum entre os integrantes da elite cafeeira do sudeste. Ao longo do século XIX, era comum a busca por padrões estéticos e civilizatórios que diferenciavam os integrantes desta elite, muitos deles de origem pobre - como era o caso do Barão - do restante da população. Construir residências suntuosas, adotar costumes considerados refinados, oferecer banquetes e bailes frequentados por iguais e fartamente noticiados pela imprensa seria, então, uma forma de marcar uma condição social superior. Era também uma forma de afirmar que, mesmo nos trópicos, havia a valorização dos padrões de sociabilidade associados à vida na Europa. Não podemos esquecer que a segunda metade do século XIX foi um período marcado por discussões em torno da construção de uma identidade nacional brasileira. Para Salgado (1988), a criação do IHGB seria a expressão máxima deste esforço, que

¹⁰ Muitos autores apontam o estilo neoclássico como símbolo das nações civilizadas. Surgido na Europa no século XVIII, chega ao Brasil no século XIX, sendo o estilo arquitetônico predominantemente adotado nas construções na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, pode ser considerado como um elemento simbólico importante no processo de afirmação de nossa identidade nacional (Rodrigues, 2017).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

envolvia intelectuais e políticos da época, em elevar o Brasil a condição de nação civilizada.

A mediação é iniciada no hall de entrada. Após uma fala geral sobre o Museu como um todo e sobre a trajetória do palácio, partíamos para a sala dedicada à memória do Barão Nova Friburgo e de sua família. Começamos apresentando a biografia do barão, destacando sua origem pobre e de onde vinha sua riqueza. Por que e para que construir um Palácio na corte? A partir de algumas considerações sobre o estilo neoclássico da construção, abordamos a forte influência do modelo civilizatório europeu sobre as elites brasileiras. O impacto da construção do palácio era inserido na dinâmica da cidade, marcada por profundas desigualdades sociais, expressas no número significativo de cortiços existentes, inclusive, no seu entorno, nas péssimas condições de higiene em que vivia a maior parte da população, levando a um cenário de insalubridade e de proliferação de doenças infectocontagiosas.

Em seguida, os alunos eram conduzidos até a escada, onde podiam se sentar e apreciar os detalhes internos do projeto arquitetônico. Estes eram os momentos de maior descontração e espontaneidade. Eram comuns comentários sobre o longo processo de construção da residência, todo o dinheiro gasto e, principalmente, sobre os indivíduos, anônimos, que trabalharam na construção, desde os alicerces até o acabamento. Também eram comuns os comentários sobre os possíveis acidentes de trabalho, tendo em vista as características do projeto arquitetônico¹¹.

O primeiro andar, também conhecido como piso nobre, era o espaço destinado aos eventos sociais. Até onde sabemos, suas salas sofreram poucas alterações ao longo do tempo e parte da sua mobília é do século XIX, a maioria comprada na Europa. Lá estão a Capela e os salões: Azul ou Francês; Nobre, Pompeano, inspirado nos achados arqueológicos das cidades romanas de Pompéia e Herculano; Venesiano ou Amarelo; Mourisco, inspirado num castelo espanhol construído durante a ocupação árabe no sul da Europa; Banquetes e o Gabinete do Getúlio.

¹¹ A curiosidade em relação aos possíveis acidentes de trabalho ocorridos durante a construção costumava surgir quando, sentados na escada, eles olhavam para o alto e avistavam um vitral, localizado no teto do último andar, que funciona como uma espécie de claraboia. O vitral é um grande mosaico, composto por quase 300 pedacinhos de vidros coloridos que, juntos, formam desenhos simétricos. Apesar do encantamento diante da beleza inegável do vitral, os comentários acabavam girando em torno do trabalho que deve ter sido instalá-lo num lugar tão alto.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A mediação neste andar era dividida entre três bolsistas e a estagiária. O palácio é apresentado como um local de encontro das elites. As narrativas eram focadas nos costumes e nas formas de sociabilidade valorizadas pela elite imperial, sempre ressaltando a influência das referências culturais europeias nas experiências socioculturais forjadas naqueles espaços. Tendo como gancho as questões colocadas sobre o estilo neoclássico e a sua dimensão simbólica abordadas na sala do barão e na escada, iniciávamos a narrativa, destacando as grandes festas realizadas no palácio, bem como o seu impacto no imaginário social da época. Também abordávamos, em menor escala, questões relacionadas à indumentária; e a música¹².

Destacaremos apenas as narrativas construídas a partir de duas salas. São elas: salão Mourisco, espaço que se destaca pelo seu exotismo, marcado por cores fortes e por referências ao universo cultural africano. Inspirada, na verdade, num palácio espanhol, construído na cidade de Alhambra, durante a ocupação moura no sul da Europa, a sala chama muito a atenção do público. Projetada como sala de jogos, era reservado aos homens, que também podiam ficar à vontade com seus charutos, nos dias de festa. Há duas mesas pequenas na sala, do tipo que costuma ser usado para jogar cartas. Em uma das mesas, temos um cinzeiro em forma de jacaré. É o objeto que desperta mais interesse na sala. A partir dele, sempre surgem diálogos sobre as diferentes expectativas de comportamento em relação aos homens e as mulheres ao longo do tempo, especialmente quanto às representações sobre a prática de fumar em espaços públicos. Eram frequentes os comentários sobre um estilo de vida supostamente mais livre entre as mulheres das classes populares, que podiam circular nas ruas, mesmo que fosse para garantir a sobrevivência através do trabalho, enquanto as mulheres mais abastadas ficavam restritas aos espaços domésticos, só saindo às ruas acompanhadas.

Salão de banquetes era a nossa última parada no circuito expositivo do piso nobre¹³. Suas paredes, cobertas por vários tipos de aves, frutas, peixes e etc, mais a

¹²Em tempo, as formas de sociabilidades construídas nas ruas da cidade por integrantes das camadas populares começariam a ser levantadas em 2020, mas tivemos que adiar em função da pandemia.

¹³ A última sala do circuito deste andar é a reprodução do gabinete do Getúlio. Na verdade, um cenário construído durante as filmagens de um longa metragem sobre o ex-presidente. Até onde apuramos, Getúlio Vargas teria usado diferentes salas do palácio como gabinete ao longo dos 19 anos em que esteve no poder. Assim como o quarto, optamos por não incluir o gabinete nos roteiros, num primeiro momento.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

decoração da sala, serviam como um link para discutirmos a alimentação como uma prática cultural, que se diferencia de acordo com a inserção social dos indivíduos. Em 2019, graças ao interesse de uma das bolsistas, pudemos incluir, a partir da trajetória da tia Ciata, famosa liderança negra, que viveu no Rio de Janeiro, na virada do século XX, narrativas sobre o empreendedorismo das mulheres negras, que preparavam e vendiam comida para garantir o sustento de suas famílias.

O palácio enquanto sede do poder executivo: o Brasil republicano

A partir das representações presentes na capela e no salão Ministerial, discutimos o projeto político vitorioso em 1889 que, apesar de alterar a estrutura institucional do Estado brasileiro, não rompeu com as estruturas sociais forjadas durante a colonização e o Império. Entre as questões, destacamos o esforço dos intelectuais da época em apagar nosso passado escravista e colonial, e a formulação de políticas públicas que reforçaram a marginalização dos descendentes de escravos e das populações indígenas.

Optamos por incluir a Capela como espaço importante para a reflexão sobre os limites da laicidade do Estado brasileiro, apesar de estar localizada no piso nobre, ter sido projetada como capela e ter sido usada como tal durante o século XIX e em alguns períodos no século XIX. O poder político indiscutível da Igreja Católica desde a colonização é ressaltado, assim como a dimensão simbólica por trás da opção do barão em incluir uma capela em seu palácio, demonstrando não apenas sua fé, como também sua distinção social. Entretanto, chama atenção a opção, mantida ao longo dos anos, de retomar a sua configuração original, após a transformação do palácio em museu, sem nenhum tipo de problematização. O que este fato nos ajuda a pensar sobre a laicidade do Estado Brasileiro? Como parte significativa da sociedade entende a forma como foram forjadas, ao longo do tempo, as relações entre o Estado e as religiões, cristãs ou não, no Brasil? Nunca tivemos a pretensão de oferecer respostas para tais perguntas, apenas de provocar a reflexão. Além disso, a discussão era conduzida com bastante cuidado, tendo em vistas as configurações que estas questões assumiram nos últimos tempos no Brasil. Dependendo das reações do grupo, optávamos por falar apenas das relações estabelecidas entre o Estado, a sociedade e a igreja Católica durante o Império

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

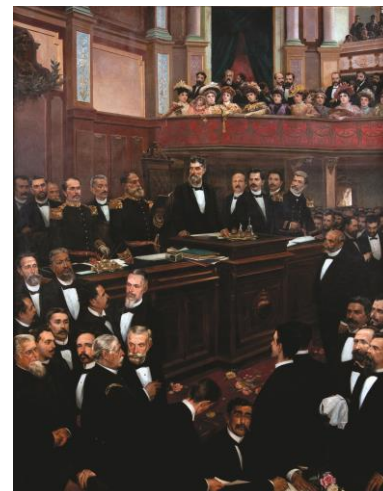
e a Primeira República, bem como os efeitos negativos dessas relações sobre as religiões de matrizes africanas, que sempre foram perseguidas.

Originalmente construído como uma sala de refeições com vista para o jardim, o Salão Ministerial, localizado no térreo, é onde fechamos a mediação. Com a transferência da presidência passou a ser um dos espaços usados para a realização de reuniões entre a presidência e os titulares das pastas ministeriais. A sala guarda muitos elementos do acabamento original. Entretanto, sua decoração é marcada por vários símbolos republicanos, com especial destaque para dois grandes quadros, que ocupam duas paredes opostas. De um lado, temos o “Pátria”, pintado por Pedro Bruno, em 1919. Num cenário alegórico, um grupo de mulheres brancas costura a bandeira brasileira. Na cena também aparecem crianças, uma delas com o corpo coberto pela bandeira. Todos os personagens são brancos. Do outro lado, O “Compromisso Constitucional”, quadro pintado em 1897, por Aurélio de Figueiredo, sob encomenda do presidente Prudente de Moraes, que registra o momento em que então presidente Deodoro da Fonseca faz o juramento à Constituição, em 1891. Nele, estão retratados os deputados constituintes, todos homens e, em grande maioria, brancos¹⁴.

A partir dos elementos presentes nos dois quadros, abordávamos o projeto de sociedade em construção no Brasil no final do século XIX. A quem estavam sendo garantidos os direitos constitucionais republicanos? Qual o lugar reservado às mulheres, aos negros e aos indígenas? O que mudou desde então? O que a escolha do palácio do Catete, um dos símbolos do poder imperial, como nova sede do poder republicano, recém proclamado, nos diz sobre as contradições do nosso projeto de República?

¹⁴ A única exceção é Francisco Glicério, deputado federal pelo partido Republicano Paulista filho de uma ex-escrava e de um homem branco, integrante de uma tradicional família paulista.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Museus como lugares de memória e de esquecimento:

Le Goff, ao nos alertar sobre a manipulação da memória, nos recomenda a sempre pensar memória e esquecimento de forma articulada. Assim como as escolhas feitas durante a organização das coleções, a montagem e a mediação de exposições são práticas sempre atravessadas por disputas políticas e tensões sociais. Não há neutralidade possível em nada do que se faz num museu, o que inclui mediar visitas. Ao mesmo tempo, a mediação pode e deve ser sempre uma oportunidade de “leitura do mundo”. Os objetos em exposição, quando inseridos num recorte temporal e espacial podem gerar discussões valiosas para uma melhor compreensão da realidade. (Oliveira, 2017). Neste sentido, as narrativas museais devem lançar luz não apenas sobre o que está materializado diante dos nossos olhos, mas também sobre o que foi silenciado, sobre o que poderia estar ali, mas não está.

Durante as visitas, os alunos não eram convidados a participar da mediação como meros ouvintes. Eles eram estimulados a falar, a partir de suas realidades, sobre os espaços e objetos que lhes estavam sendo apresentados. Seus comentários, inicialmente bem desconcertantes, geraram a ideia de inclusão, no roteiro geral, o que chamamos de “questões invisíveis”, “sujeitos invisíveis” e “espaços invisíveis”. Independente dos recortes temáticos feitos para cada mediação, sempre incluíamos as dimensões não visíveis do circuito expositivo. São elas:

As questões invisíveis: aqui, conduzíamos a discussão, a partir da monumentalidade do palácio e o seu impacto quando comparado com as moradias

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

populares, especialmente os cortiços, que ocupavam boa parte do centro da cidade no final do século XIX. Questões relacionadas aos hábitos de higiene, rotina de organização da casa, modelo de famílias, trabalho doméstico, epidemias também eram abordados, sempre numa perspectiva comparada.

Os sujeitos invisíveis: no que se refere ao Império, como já mencionado anteriormente, destacávamos a ausência de representações dos escravos e trabalhadores livres que atuaram na construção do palácio e, posteriormente, no trabalho doméstico. Quanto ao projeto de poder instituído após a Proclamação da República, destacávamos o “não lugar” dos trabalhadores, dos negros, dos indígenas e das mulheres, bem como suas demandas, organizadas coletivamente, por direitos e participação política, nas primeiras décadas do século XX.

Os espaços invisíveis: as narrativas eram construídas a partir da disposição dos espaços internos do palácio, destacando que era recorrente nas casas senhoriais um maior investimento, por parte dos proprietários, nas áreas destinadas às visitas. Num ambiente onde a maior parte do investimento fora direcionado para os espaços que seriam vistos durante as festas e recepções, despertava interesse narrativas sobre o que não era considerado digno de ser mostrado aos pares, de acordo com os códigos socioculturais compartilhados pelas elites durante o século XIX. Consideramos espaços invisíveis a Cozinha, os locais destinados à higiene pessoal, área de serviço, senzala e alojamento dos empregados, todos não integrados ao prédio principal.

Para finalizar, gostaríamos de lembrar que, como este trabalho de pesquisa foi se construindo para atender demandas cotidianas do setor educativo, seu caráter é provisório. Não há a intenção de fechar este levantamento. Os roteiros temáticos também serão continuamente reformulados. Pensada originalmente para atender as especificidades das turmas do PEJA, em pouco tempo, o levantamento passou a servir de base para todas as ações desenvolvidas sob nossa coordenação no setor.

Com a redução drástica no número de servidores e sem contar com uma equipe de mediação, temos realizado um número cada vez menor de visitas mediadas por mês. Até o fechamento do museu ao público, em março de 2020, em função da Covid 19, a mediação estava restrita às visitas do PEJA.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Apesar das dificuldades, seguimos acreditando na consolidação dos museus como espaços de pesquisa e de produção de conhecimentos plurais, ou seja, como um lugar que pode e deve ser continuamente lido, interpretado e resignificado. Mais do que um espaço de celebração e afirmação de identidades, investimos num museu comprometido com a construção de relações dialógicas entre sujeitos. Para isso, apostamos no estímulo ao pensamento crítico, na valorização das experiências e saberes de todos que acolhemos e na construção de narrativas criativas, que mantenham vivo o nosso acervo.

Referências:

ALMEIDA, Cícero Antônio. **Catete: memórias de um palácio**. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994.

BEZERRA, Rafael Zamorano. **A Invenção das Relíquias. Dispositivos de autoridade e musealização de objetos no Museu Histórico Nacional (1922-2012)**. Tese, 2014, PPGHIS/UFRJ.

BITTENCURT, José Neves. Fazendo História em um museu de História: noventa anos de aquisição e interpretação no Museu Histórico Nacional. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro e BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs). **Noventa anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, pp. 72-96.

CHAGAS, Mário. **República em documentos: Compromisso Constitucional**. Série Documentos Museológicos, n 2. Rio de Janeiro: Museu da República, 2018.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Para descolonizar museus e patrimônios: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro e BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs). **Noventa anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, , PP. 195-210.

CORREA, Paulo C. L. **República em documentos: Pátria**. Série Documentos Museológicos, n 3. . Rio de Janeiro: Museu da República, 2019

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CRUZ, Henrique de Vasconcelos; SÁ, Ivan (org.). **Do Horizonte do passado ao horizonte do futuro: 75 anos da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1932 – 2007)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia, 2007. 71p.

FARIA, Ana Carolina. **O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: o curso de museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (1922-1958)**. Dissertação Mestrado em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

KNAUSS, Paulo. **O cavalete e a paleta; arte, prática de colecionar no Brasil**. Anais MHN, v. 33, 2001, pp 23-44.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990, pp. 462-473.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, N. Ser. v. 2, 1994 p. 9-42 jan./dez.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África do Rio de Janeiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Cultura, Divisão de Editoração, 1995.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História/PUC, dez, 1993. Acesso eletrônico em 18/09/2016.

OLIVEIRA, Ana Maria N. **A mediação em museus e a formação de educadores: um estudo sobre os museus de Arte Sacra de São João del-Rei e da Liturgia em Tiradentes**. Dissertação de Mestrado em Educação. São João Del rei: UFSJD, 2017.

RAMOS, Francisco R. L. **A doação do objeto: o museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.

RODRIGUES, Marcus Vinícius Macri. **Um palácio quase romano: o palácio do Catete e a invenção de uma tradição clássica nos trópicos**. Rio de Janeiro: Museu da República/Ibram, 2017.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SALGADO, Manoel Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

SANTOS, Mírian Sepúlveda dos. **A Escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond/MinC/IPHAN/DEMU, 2006.

TOLENTINO, Átila B.: **Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal**. Revista Sillogés. Porto Alegre, Anpuh, GT Acervos, 2018. Acesso eletrônico em 20/05/2021.